
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

GIOVANA SANT'ANNA

**A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL:
FINANCIAMENTO E GESTÃO NO “PROGRAMA
NOVO MAIS EDUCAÇÃO”.**

GIOVANA SANT'ANNA

A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL:
FINANCIAMENTO E GESTÃO NO “PROGRAMA NOVO MAIS
EDUCAÇÃO”.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Rio claro
2019

S231e Sant'Anna, Giovana
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: FINANCIAMENTO E GESTÃO NO
"PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO". / Giovana Sant'Anna. -- , 2019
61 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (-) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara,
Orientadora: Raquel Fontes Borghi

1. Programa Mais Educação. 2. Programa Novo Mais Educação. 3.
Educação Integral. 4. Financiamento. I. Título.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a Deus, quem me deu todas condições de estar concluindo mais uma etapa da minha vida e nunca tem me desamparado, gratidão Senhor!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois tem me preparado todas as coisas e tem sido o meu refúgio nos momentos de desânimo e ansiedades. Tem sido meu apoio nas adversidades, tanto na graduação quanto na minha vida pessoal, sem Ele nada disso seria possível.

Agradeço à minha família, meus pais Valter e Helena, meu irmão Valter e ao meu namorado Vinicius, que sempre me apoiaram, me animaram, me compreenderam e me aconselharam, vocês são a minha motivação, obrigado!

As minhas avós Maria Aparecida e Maria juntamente aos meus avós José e José Carlos, para mim vocês são o exemplo de simplicidade e humildade, além de ser uma base para mim, dedico esse trabalho a vocês, que me ensinaram o significado de perseverança e fé.

Agradeço a minha orientadora Raquel Fontes Borghi, por quem tenho muita admiração pela sua inteligência, humildade e paciência. Muito obrigada pelo apoio, participação e disponibilidade para tirar minhas dúvidas.

Por fim, agradeço minha colega de classe Ana Paula, pela amizade e companheirismo durante o curso.

“Olhai para as aves do céu, que nem semeiam, nem segam, nem ajuntam em celeiros; e vosso Pai celestial as alimenta. Não tendes vós muito mais valor do que elas?”(MATEUS 6:26)

RESUMO

Esta pesquisa partiu do interesse de compreender como se dá o financiamento da educação integral no Brasil, especificamente no Programa Novo Mais Educação. O objetivo principal do trabalho é identificar e analisar o financiamento e a gestão dos recursos direcionados ao PNME, tendo como base pesquisa de abordagem qualitativa com foco em análise documental e exploratória, também foi realizado um levantamento e análise bibliográfica de artigos científicos que continham temáticas relacionadas à concepção de educação integral e o financiamento do PNME, publicados online em periódicos avaliados pela CAPES no período de 2010 a 2019, tendo como descritores as palavras-chave: Programa Mais Educação, Programa Novo Mais Educação, Educação Integral e Financiamento. O presente estudo pretendeu contribuir com a análise da produção científica relacionadas as temáticas de financiamento de programas como PNME com o dinheiro público, dessa forma, possibilitando melhor compreensão. Os resultados da pesquisa indicam que os valores do financiamento do Programa Novo Mais Educação são baixos se comparados aos padrões mínimos apresentado pelo CAQi, além disso o Programa não demonstrou ser de fato para Educação Integral, visto que oferece mais do mesmo, ou seja, mais de Língua Portuguesa e Matemática, buscando apenas ascender nos índices das avaliações de larga escala.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Programa Novo Mais Educação. Educação Integral. Financiamento.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Relação de periódicos de educação e quantidade de artigos sobre a temática.....	27
Tabela 2 – Relação de periódicos de Educação com quantidade de artigos publicados por ano sobre a temática.....	33
Tabela 3 – Relação de recorrência de cada descritor presentes em título e/ou palavras-chave e/ou resumo por periódico.....	34
Tabela 4 - Valores mínimos anuais em nível nacional para etapas da educação básica pública em tempo integral do Fundeb.....	43
Tabela 5 – CAQi anual para a modalidade integral nas etapas da Educação Básica.....	45
Tabela 6 – CAQ anual para modalidade integral nas etapas da Educação Básica.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APM	Associação de Pais e Mestres
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQ	Custo Aluno-Qualidade
CAQi	Custo Aluno-Qualidade inicial
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CIEPs	Centros Integrados da Educação Pública
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EEx	Entidades Executoras
FCL	Faculdade de Ciências e Letras
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
MEC	Ministério da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PME	Programa Mais Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNME	Programa Novo Mais Educação
PNE	Plano Nacional de Educação

PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
Pond.	Ponderações
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
RIAAE	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação
UAH	Universidade de Alcalá de Henares
UE	Unidade Escolar
UEx	Unidade Executora
UFSM	Universidade Federal Santa Maria
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
VAA	Valor Aluno Anual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO.....	13
2.1 O Programa Novo Mais Educação.....	13
2.2 Educação Integral no Brasil.....	16
2.3 Educação Integral x PNME.....	22
3 LEVANTAMENTO DE ARTIGOS COM A TEMÁTICA ESTUDADA DISPONÍVEIS ONLINE EM PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO.....	27
4 FINANCIAMENTO E GESTÃO NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO.....	37
4.1 Do direito a Educação Integral.....	37
4.2 Do financiamento e gestão da Educação Integral e do PNME.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE.....	57

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se desenvolveu a partir do interesse de conhecer mais sobre o financiamento da Educação Integral no Brasil, especificamente no Programa Novo Mais Educação. Esse estudo objetivou identificar e analisar o financiamento e gestão de recursos da Educação Integral no Programa Novo mais Educação, fazendo dessa forma uma identificação e análise da produção científica sobre financiamento da educação integral no Brasil, identificar e analisar a legislação nacional que aborda o financiamento e gestão da educação integral e também buscou analisar documentos oficiais acerca do uso dos recursos e gestão no Programa Novo Mais Educação.

Nos meus primeiros dois anos de faculdade tive duas experiências com estágios extracurriculares na Educação Integral. No primeiro ano foi com o Programa Mais Educação, estratégia de indução a ampliação do tempo na escola. O segundo foi em uma escola privada financiada pelas indústrias e que também era em período integral. Essas duas experiências me causaram uma angústia acerca do financiamento da educação pública, visto que uma funcionava melhor que a outra. Na rede pública os recursos eram todos bastante limitados, além da falta de especialistas e remuneração adequada. Para mim, pesquisar e identificar os repasses feitos para a Educação Integral no Brasil, especificamente no Programa Novo Mais Educação, me ajudaria compreender melhor o porquê do nível de qualidade de estratégias como essa não ser tão eficientes.

Como é colocado por Zanardi (2017) a Escola de Tempo Integral tem se colocado como uma estrutura valiosa com ampliação do tempo e espaço escolar para permanência dos alunos, favorecendo o processo ensino-aprendizagem e desenvolvendo uma educação de maior qualidade. De acordo com esse entendimento, considera-se importante identificar como é o financiamento e a gestão dos repasses na Educação Integral e PNME para o desenvolvimento de qualidade na educação.

Para desenvolver essa pesquisa foi realizada sob abordagem qualitativa, sendo feito em um primeiro momento um levantamento e análise bibliográfica de artigos científicos em periódicos nacionais disponíveis pela CAPES no período de 2010 a 2019, tendo como descritores as palavras-chave: Programa Mais Educação, Programa Novo Mais Educação, Educação Integral e Financiamento. Foi encontrado

213 artigos, mas analisando a pertinência em relação a temática estudada apenas 27 artigos foram selecionados. Nos selecionados, verificou-se como é abordado as temáticas da educação integral, concepção, contexto histórico, financiamento e gestão de recursos. A intenção da pesquisa bibliográfica é colocar-se em contato com aquilo que já foi produzido em relação ao tema da pesquisa, nesse tipo de pesquisa é possível se deparar com dois tipos de dados, os encontrados em fontes de referência (dados econômicos, históricos) e dados especializados na área do saber que se faz indispensável a pesquisa (GONSALVES, 2003, p.36).

Além disso realizou-se uma pesquisa e análise documental de documentos oficiais como Manual Operativo do PNME de 2017 e 2018, Documento Orientador de 2017 e 2018, documentos do FUNDEB além das legislações vigentes acerca do financiamento e do direito a educação como LDB, PNE entre outras Resoluções e Decretos, realizadas através do MEC. Essa análise trouxe uma explanação das legislações e estimativas do que acontece na prática.

A presente pesquisa está organizada na seguinte forma: em um primeiro momento é apresentado o capítulo 2 que traz consigo uma apresentação do Programa Novo Mais Educação, e depois é analisado o contexto histórico da Educação Integral no Brasil, ainda nesse capítulo é feito um embate entre a concepção de Educação Integral versus PNME. Nessa parte da pesquisa é possibilitado o conhecimento da Educação Integral no Brasil de antes até os dias atuais e como o Programa Novo Mais Educação se contextualiza com a Educação Integral nos dias atuais, além de conhecer melhor sobre o Programa e sua trajetória.

O capítulo 3 traz um mapeamento do levantamento dos artigos científicos encontrados em periódicos de educação encontrados *online*. Conforme é objetivado nessa pesquisa, é realizado o levantamento dos dados dos artigos selecionados.

No capítulo 4 faz uma análise de um dos artigos selecionados que aborda o tema financiamento da Educação Integral, e também traz a análise dos documentos oficiais acerca do PNME e legislações. Nesse capítulo também foram utilizados mais dois artigos encontrados em sítios eletrônicos e uma reportagem realizada pela Revista Nova Escola, esses materiais analisados vão abordar na presente pesquisa acerca do Direito a Educação Integral e também do financiamento e gestão da Educação Integral no PNME.

Essa proposta de analisar os artigos científicos alinhado com pesquisa de documentos oficiais e legislações permitem esclarecer um pouco melhor sobre a

Educação Integral no Brasil, além de possibilitar uma compreensão maior sobre o financiamento da Educação Integral e do PNME. Disponibilizar as informações que a pesquisa irá trazer é de extrema importância para que seja formado uma criticidade em relação ao desenvolvimento da qualidade da educação no Brasil. Também é muito importante o levantamento dos artigos científicos que foi realizado, para percepção de que a pesquisa sobre essa temática, principalmente sobre financiamento é bastante difícil de ser publicada. Dos artigos selecionados apenas um abordou a questão do financiamento da Educação Integral, essa falta de publicações sobre determinado assunto dificultou, por isso também foi procurado em outras fontes como documentos oficiais, legislações e outros artigos científicos que foram disponibilizados online.

2 A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 O Programa Novo Mais Educação

Antes de falarmos sobre o Programa Novo Mais Educação (PNME), é necessário ressaltar o contexto histórico/político que possui. Antes desse programa ser instituído o Programa Mais Educação (PME) é que estava em vigor, instituído pela Portaria Interministerial nº 17 regulamentado pelo Decreto nº 7.083/2010. Tal política pública foi criada no governo Lula, para viabilizar o cumprimento da meta nº 6 e 7 do Plano Nacional da Educação (PNE), no caso, determinadas metas partem de uma perspectiva de Educação Integral:

[...] Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.
Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (BRASIL, 2014)

No ano de 2016 quando ocorre o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, o seu vice, Michel Temer, toma posse da presidência. Se iniciam diversos cortes dos recursos destinados à Educação, consequentemente as políticas públicas de Educação Integral e no final do ano de 2016 o Programa chega ao fim. No lugar do PME é Instituído pela Portaria MEC nº 1.144 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017 (BRASIL, 2017) o PNME, que deve ser implementado no ano seguinte.

Em decorrência do corte de gastos o PNME surge para cumprir ainda, as metas nº 6 e 7 do PNE, porém de forma “simplista”, o programa terá foco no ensino de Língua Portuguesa e Matemática. Segundo “Manual Operativo do Programa Novo Mais Educação” (BRASIL, 2017) o PNME atende determinações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – com relação ao desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e cálculo. Atende ainda, pela referida Lei a progressiva ampliação do período de permanência na escola.

A ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes no PNME acontece mediante complementação de carga horária de cinco ou quinze horas semanais que acontecem no turno ou contraturno da Unidade Escolar (UE), nessas

horas adicionais na escola é implementado acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática, e também atividades que envolvam Arte, Cultura, Esporte e Lazer.

Segundo “Documento Orientador do PNME” (BRASIL, 2017) as escolas que optam por jornada de cinco horas realizam apenas o acompanhamento pedagógico em atividades de Língua Portuguesa e Matemática, ficando dividido duas horas e meia de duração para cada atividade. Já para as Unidades Escolares que optam pelas quinze horas semanais a organização fica da seguinte maneira: quatro horas para Língua Portuguesa, quatro horas para Matemática e as sete horas restantes ficam divididas entre outras três atividades de campos diversificados (Arte, Cultura, Esporte e Lazer), sendo escolha da escola quais atividades realizar. As atividades de campos diversificados podem ser divididas igualmente, ou seja, duas horas e vinte minutos para cada atividade, ou duas horas para duas atividades e para outra atividade, três horas.

Ao realizar atividades propostas obrigatórias (acompanhamento pedagógico), na Portaria MEC 1.144/2016 mostra que a finalidade do Programa ao ampliar o tempo de permanência na escola e enfatizar a aprendizagem na leitura, escrita e cálculo é que conseqüentemente ocorra:

[...]II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;

III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais[...] (BRASIL, 2017).

Os responsáveis em tornar as atividades possíveis é o Articulador da Escola, o Mediador da Aprendizagem e o Facilitador. Segundo “Documento Orientador do Programa Novo Mais Educação” (BRASIL 2017) o Articulador é responsável em coordenar o trabalho pedagógico e promover as interações entre comunidade e escola. Além disso, é responsável em monitorar o desenvolvimento das atividades e também articular o programa com o projeto pedagógico da escola. O Articulador deve ser um professor, coordenador pedagógico ou vice-diretor.

O Mediador da Aprendizagem é responsável por planejar, desenvolver e realizar as atividades pedagógicas de acordo com a aprendizagem do aluno, por isso é importante que o trabalho desenvolvido seja articulado com o trabalho do professor em sala de aula. Os Mediadores podem ser professores já formados, ou estudantes de licenciatura ou Pedagogia. A carga de trabalho não deve exceder

vinte horas semanais. Por último, os Facilitadores, ficam responsáveis por desenvolver as atividades complementares no período de sete horas de atividades de escolha da escola nos campos da Arte, Cultura, Esporte e Lazer.

As Unidades Executoras (UEX) do Programa, devem responder a critérios para adesão do PNME que é definido pelo MEC e repassados para Secretárias de Educação do Estado de São Paulo via Diretorias de Ensino, segundo “Manual Operativo do PNME” (BRASIL, 2017), são esses critérios:

- I - Escolas que atendem alunos regularmente matriculados do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental;
- II - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB 2015 inferior a 4.4 nos anos iniciais e inferior a 3.0 nos anos finais, concomitantemente;
- III- Mais de 50% dos alunos oriundos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e não se enquadrarem nos critérios anteriores (BRASIL, 2017).

Podemos perceber que, o PNME busca atender escolas com o IDEB baixo além de focalizar alunos oriundos de famílias que recebem benefício do Bolsa família, diante desses critérios estipulados é claro uma focalização existente a determinado público, e deixando óbvio um programa de caráter compensatório. Se a UEX corresponder aos critérios, ela deverá apresentar um Plano de Atendimento da Escola, disponibilizado no PDDE Interativo. Esse Plano deverá indicar a quantidade de horas semanais que a escola pretende realizar em atividades complementares (cinco ou quinze horas semanais); também indicar a quantidade de alunos participantes do Programa. Caso a escola opte por quinze horas semanais de atividades complementares, essa deverá reunir com Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres (APM), para decidir quais serão as atividades desenvolvidas além das obrigatórias (língua portuguesa e matemática). Por último, a escola deve indicar quem será o Articulador do Programa (BRASIL, 2017).

O número de participantes do programa deve ser de no mínimo 25 alunos e no máximo o equivalente ao número de matrículas do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental registrado no Censo Escolar do ano anterior. Além disso, a escola deverá atender prioritariamente alunos que apresentam alfabetização incompleta e letramento insuficiente, de acordo com a avaliações (Manual Operacional do PNME, 2017).

Para monitoramento do funcionamento do Programa é disponibilizado um sistema de registro para que o coordenador faça anotações referente ao desenvolvimento do PNME na sua rede de ensino. Além disso, como parte do

monitoramento, também é disponibilizado um sistema de avaliação direcionados para os alunos participantes do Programa. O Sistema de avaliação surge a partir da parceria entre MEC e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), tal sistema tem objetivo de analisar a longo prazo o desenvolvimento do programa, e identificar se o PNME está cumprindo de forma efetiva sua função, no caso, melhora em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.

Nesse sistema também deve ocorrer o cadastro de cada aluno, apenas a Diretora da UEx tem acesso ao PDDE Interativo, para o cadastro dos alunos participantes, quanto ao sistema do MEC, o acesso ocorre apenas por intermédio da Diretoria de Ensino, além de fazer registros, avaliações e relatórios através do PDDE Interativo. Segundo “Documento Orientador Final do Programa Novo Mais Educação”:

O monitoramento do programa nas EEx será realizado via PDDE Interativo, pelo Coordenador do Programa, que deverá validar os relatórios das UEx vinculadas e elaborar Relatórios Globais de Atividades. O monitoramento global do programa será de responsabilidade da SEB/MEC e do FNDE (BRASIL, 2017).

Além de monitorar os resultados, o Caderno de Orientações pedagógicas do PNME, fala sobre a necessidade de preparo dos mediadores e facilitadores. Por isso, a Secretaria da Educação de cada município deve oferecer formações, para que esses profissionais possam nortear o trabalho pedagógico no programa. Também, como a proposta do programa se resume na melhora dos índices (IDEB), o Caderno fala sobre o trabalho pedagógico que deve ser realizado com base nos resultados passados de cada turma. Ou seja, analisar e criar um planejamento com a intencionalidade de desenvolver as competências e habilidades que os alunos demonstraram dificuldades em desenvolver nas avaliações de larga escala.

2. 2 Educação Integral no Brasil

Para compreender a Educação Integral no Brasil é necessário fazer um resgate histórico e refletir acerca das propostas para reforma curricular por Ruy Barbosa e também as Escolas Parques, no caso, escolas experimentais de educação integral pensada por Anísio Teixeira, que se baseou em seus estudos com o mestre John Dewey. Segundo Schuermann, Jung e Canan (2017) Dewey enfatiza

a eficiência social vista da perspectiva de criação de políticas públicas para qualidade da educação estando a instituição educativa a disposição do estudante em tempo integral. A concepção de Educação Integral no Brasil se desenvolve entre as décadas 1920 e 1930. Na proposta reformista de Ruy Barbosa já se pensava a educação integral para modernização da sociedade e formação das camadas populares, assim propondo conteúdos para o desenvolvimento dos alunos de forma plena, apesar de não ter sido aprovada sua proposta, tornou-se referência para outros pensadores da educação.

Para Cavaliere (2010) entende-se que a Educação Integral faz parte dos direitos fundamentais da sociedade brasileira, também é compreendida como educação escolar ampliada no tempo e funções sociais e culturais. Pensando nesses direitos é necessário buscar uma base legal para fundamentar os argumentos da autora acima que estão de acordo com a Constituição Federal (1988, Título VIII, art. 205):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, 1988 p.124).

Em meados de 1920 a concepção de Educação Integral marcou diversas ofertas em variados ideais políticos. Para ideais autoritários e elitistas entendiam Educação Integral como ampliação educacional para domínio social e a distribuição hierarquizada dos indivíduos dentro da sociedade. Cavaliere (2010) discorre sobre, para ela a partir dessa concepção surge a Ação Integralista Brasileira (AIB). Nas correntes liberais colocam Educação Integral como hipótese para reconstrução das camadas sociais assim reafirmando um ideal democrático e formando indivíduo intencionalmente cooperativos e participativos. Entre ideal liberal destaca-se Anísio Teixeira, grande reformista da educação brasileira e um dos pioneiros ao pensar a concepção de educação integral para escola pública.

Dentre essas concepções políticas diversas, a Educação Integral como já vimos, passa a ter diferentes significados. Para a AIB (movimento que torna-se partido em 1935) Educação Integral era a sintonia entre Estado, Família e Religião, junção desses três fatores importantes da sociedade para o trabalho com a ação educativa. O plano político desse movimento autoritário envolvia uma nova compreensão de mundo onde educação tem papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, educação na qual para classe operária não se resumisse em

alfabetização, mas que o nível cultural se elevasse. Para essa concepção Cavaliere (2010) destaca que o movimento usou o bordão “Educação Integral para homem integral”. Porém, por trás disso, os Integralistas mantinham educação com caráter moralizador, onde os valores se concentravam em formar um cidadão disciplinado e obediente. Ou seja, apesar de apregoar a formação do homem integral, esse mesmo homem deve ser formado a serviço das necessidades e conveniências do Estado. Os elitistas políticos não só davam caráter doutrinário a educação como também implantava uma perspectiva religiosa nas escolas, assim se opondo ao Estado laico.

No Brasil é desenvolvido por volta de 1930 uma concepção de Educação Integral como movimento de transformação do sistema educacional, sendo Anísio Teixeira um dos pioneiros. Os liberais se apoiaram nesse intelectual por conta de sua elaboração teórica significativa para ampliação da educação. Esse educador e político fala sobre a importância de ampliar a escola em sentido geral, visando o alcance da cultura pelas camadas populares, o preparo para o trabalho e cidadania.

É na década de vinte que as reinvenções educacionais começam a ser formuladas, podemos citar a lei 1846/1925 instituída por Anísio Teixeira na Bahia como forma de concepção de ampliação educacional, que diz em seu artigo 1º:

O Ensino Público no Estado da Bahia tem por objetivo educar physica, moral e intelectualmente o indivíduo, tornado-o apto para a vida em sociedade (BRASIL,1925).

Essa lei abordou a compreensão de educação escolar de forma ampla onde já é perceptível ideias de caráter renovador no qual se espalhou pelos diversos Estados do Brasil. Aos poucos, essas ideias passam a penetrar na educação, em um primeiro momento se rompe a estagnação educacional, depois passa a se pensar na universalização da escolarização (ampliação de número de vagas e responsabilidades de caráter cultural e social). Cavaliere (2010) destaca o processo de industrialização e a desigualdade crescente na época, em decorrência desse fator a educação é pensada em uma perspectiva de valorização pelos Reformistas, para que assim ocorra uma transformação escolar viabilizando uma participação democrática da classe baixa.

Apesar da utópica reforma na educação surge-se ambiguidades nessa renovação, partindo da problematização de interesses políticos:

Ambiguidades que resultavam da coexistência contraditória entre (a) uma visão radicalmente liberal e um liberalismo elitista, ainda “curativo” e “domesticador” das classes populares; entre (b) a escola com funções formativas e culturais ampliadas e a escola meramente alfabetizadora; e

entre (c) a busca da qualidade na educação e a urgência da expansão, isto é, a urgência do crescimento quantitativo dos sistemas escolares (CAVALIERE, 2010 p. 251).

Compreende-se que apesar da intenção pela renovação e ampliação da escola, há divergências nos interesses de ideais políticos que tentam usar a educação como espaço formador para atender as intenções do Estado, não meramente as necessidades das massas. Cavaliere (2010) evidencia o caráter cívico-sanitário que a educação tinha no início do século, onde os fatores que compunham a corrente política elitista da época eram pensar a formação com foco em alfabetizar, disciplinar e higienizar, sendo esses fatores determinantes para corresponder as necessidades de novas normas constitucionais. Contudo, Anísio Teixeira choca com suas ideias para educação, dispondo uma visão liberal que tem uma nova perspectiva de educação, rompendo com seu caráter moralizador e apenas com a ideia de necessidade de alfabetização. O autor é enfatizado como protagonista dos movimentos a favor da criação de uma escola com caráter formativo amplo e democrático, além disso traz a educação como processo permanente de desenvolvimento e de possibilidade para descobertas, dessa maneira passa a ser formulado uma organização de escola diferente, determinada pelo intelectual como *universidade infantil*.

Os elitistas concentravam esperanças na alfabetização como solução para desigualdade, porém os reformistas da época acreditavam que a alfabetização não deveria ter um fim só, mas que a escola deveria dar outras noções para desenvolvimento equilibrado do indivíduo. Nagle (1974) reproduz em seu livro as ideias de Lourenço Filho (Reformista), concedida em uma entrevista:

O ensino primário deve ser mais alguma coisa, as noções mais necessárias à vida, no ambiente que a criança terá que viver. Afinal de contas, ler e escrever não adianta nem atrasa a ninguém, se, na escola, não se dão outras noções que formem equilibradamente o espírito e informem para agir com inteligência, isto é, de modo a aproveitar as forças da natureza, na produção de riqueza geral e no conforto da vida (NAGLE *apud* CAVALIERE, 2010)

A idealização de transformar a escola ganhou força em 1920 no qual os intelectuais se aprofundaram e em 1932 essas idealizações tomaram forma no Manifesto dos Pioneiros, documento que propunha uma reforma na educação do país. Para Cavaliere (2010) a concepção de Educação Integral que o Manifesto apresenta é a do direito a educação pública e de qualidade capaz de atingir no indivíduo um desenvolvimento em seus variados aspectos.

Outro embate produzido por Anísio Teixeira e por demais Reformistas, segundo Cavaliere (2010) seria a problemática entre expansão e qualidade, sendo o ensino laico e gratuito de qualidade as principais vertentes levantadas pelos intelectuais da época. O objetivo era a superação de alunos evadidos e o rompimento da escola com foco em formar apenas para o ginásio e ensino superior, por isso o grande número de evadidos. O foco seria formar o sujeito nos seus diversos aspectos. Segundo Anísio Teixeira a escola não deveria se limitar a leitura e escrita e aritmética, mas também para o preparo para convívio e participação na sociedade, como cita em um de seus livros:

[...] resta toda a obra de familiarizar a criança com os aspectos fundamentais da civilização, habituá-la ao manejo de instrumentos mais aperfeiçoados de cultura e dar-lhes segurança de inteligência e de crítica para viver em um meio de mudança e transformação permanentes (Teixeira, 1997, p. 85).

Diante do apontamento do autor, compreende-se que os filhos da classe baixa evadiam da escola por conta da incapacidade de adaptação em uma escola feita somente para as classes superiores. Geralmente se cumpria apenas a ensino primário que tinha foco em conteúdos básicos, já o secundário tinha foco nos próximos níveis. Por conta do alto índice de evadidos, intelectuais defendiam o primário em tempo ampliado, dessa maneira seria pensado não somente conteúdos científicos básicos, mas também poderia estar presente o trabalho reflexivo, o fazer, conviver e participar dentro da sociedade que vive. Tal formação não era possível de ser realizada em tão curto prazo, por isso que Anísio Teixeira, pensou em uma Educação Integral do indivíduo em tempo ampliado (Teixeira, 1994 p.105). Anísio Teixeira idealizou a escola “comum”, no qual este romperia com a escola dualista e alcançaria a escola democrática e igual (Cavaliere, 2010 p.257).

Pensando nisso que foi criado pelo pedagogo uma escola experimental, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. A ideia desse centro seria dispor o prédio em dois no qual um seria a escola-classe e outro escola-parque, sendo o tempo do aluno na escola dividido em dois períodos:

[...] no primeiro turno a criança receberá, em prédio adequado e econômico, o ensino propriamente dito; no segundo receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis. (Teixeira, 1997, p. 243)

O pedagogo idealizador conseguiu inaugurar o Centro em 1950 na Bahia, no governo de Otávio Mangabeira. Foi considerada na época uma instituição de ensino pioneira e revolucionária, cuja proposta de educação foi ensino profissionalizante e integral para população carente. Com isso firmou-se a qualidade de ensino em tempo integral.

O Centro acolhia mais de três mil alunos no período das 7h30 às 16h30. O autor tinha intenção de construir mais centros, enquanto a escola pública regular que caminhava para reforma paulista (simplificação e “aligeiramento” da educação) essa instituição era uma forma de resistência a educação de qualidade que estavam em consonância com as teorias pensadas pelo intelectual (Cavaliere, 2010 p. 257). A proposta educacional ganhou destaque em nível nacional e internacional, mais tarde em 1962 o Plano Nacional da Educação (PNE) é elaborado, esteve entre as metas para Educação a ampliação do primário em seis anos de duração, cuja para os dois últimos anos fosse instaurado o dia completo, assim seria incluído no programa educacional o ensino industrial, também estava entre as metas:

[...] para o ensino médio, o estudo dirigido e a extensão do dia letivo para seis horas de atividades, compreendendo estudo e práticas educativas. O ensino superior deveria contar com pelo menos 30% de alunos e professores de tempo integral (CAVALIERE, 2010 p. 257)

Ainda em 1960, o Centro criado por Anísio Teixeira pedagogo e descritor do Plano Nacional da Educação, seria um modelo para cumprimentos das metas estabelecidas. Porém o período autoritário o retirou do cenário político por um tempo. Dentro da perspectiva dos militares o principal interesse do governo seria para estabelecer um crescimento econômico no país, quando o interesse predominante é econômico, questões sociais e políticas acabam em segundo plano, dessa forma a Educação, componente social, foi deixada nesses últimos vinte anos de ditadura, conseqüentemente essa perspectiva de educação integral não teve continuidade. Assim quando se fala em educação integral, é natural que seja relacionado com Anísio Teixeira, pois foi quem deu início a esse conceito no Brasil, e segundo Cavaliere (2010):

Foi principalmente através de Anísio Teixeira que a educação integral adquiriu a dimensão de alternativa generalizável, adequada ao mundo moderno, e não de mero treinamento intensivo, com vistas à adequação das populações “indisciplinadas” às novas exigências do sistema industrial urbano. (Cavaliere, 2010 p. 259).

Entre as décadas de 80 e 90 começam a ressurgir essa concepção e programas com base nas teorias de Anísio Teixeira, como por exemplo o programa CIEPs – Centro Integrado da Educação Pública do Rio de Janeiro, assim como no século XXI que surge inúmeros programas incorporando a educação integral. Atualmente no âmbito federal temos o programa Mais Educação instituído em 2007 pela Portaria Interministerial nº 17, e que já sofreu diversas mudanças ao decorrer do tempo, tornando-se atualmente o Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016, busca estabelecer a educação integral em tempo ampliado entre o terceiro ao nono ano do ensino fundamental, através de atividades socio-educativas, com foco em melhorar o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática e reduzir o abandono e reprovação de crianças e adolescentes.

2.3 Educação Integral X Programa Novo Mais Educação

É durante o governo provisório (1930/34) que podemos analisar o sistema educacional brasileiro. Numa sociedade que se industrializava, as questões sociais, como educação, deixaram de ser tratadas como um caso de polícia, visto que agora a sociedade já não era mais composta por “dominantes” e “dominados”, mas sim por diversos setores advindos do processo de industrialização, sejam esses setores agrários, operários urbanos, igreja católica, patronatos, igrejas reformadas, camadas médias, e outros setores que conduzem uma série de mudanças no quadro brasileiro, incluindo fatores educacionais. Na época, o serviço educacional prestado pelo Estado teria como foco a superação da desigualdade através da escola, mas que reproduziria ao mesmo tempo outras formas de desigualdade, impedindo o progresso de escolarização da camada mais pobre. O discurso de ampliação de acesso à escola e uniformização para solução de déficit de alunos, desviava então a questão de desigualdade e criava-se oportunidades para o ingresso dos pobres no âmbito escolar, no ensino primário (SILVA, 2015).

Reformas eram feitas no ensino secundário e superior, mas como a educação primária não era responsabilidade do poder central, acabava não sendo privilegiada pelas diversas reformas, mantendo-se nas mãos das oligarquias responsáveis pela manutenção desse nível de ensino. Pensando nisso, o ensino primário ficava a margem dos interesses do Estado, que produziria desigualdades em relação a escolarização da classe popular aos próximos níveis de ensino, tendo essa

difículdade de acesso caráter intencional elitista (SILVA, 2015). Além disso, a escolarização dos mais pobres era demarcada por uma expansão gigantesca do número de vagas aliada a falta da qualidade, ou seja, a escola elitista continuava. O campo educacional estava minado de diferentes interesses, e é nesse contexto que surge o movimento da escola nova.

[...] o movimento da escola nova passou a reivindicar uma instituição escolar pública que atendesse de forma democrática, inclui-se aí a questão da laicidade, às necessidades de modernização da nação e isso incluiria a presença das classes populares na formação de nossas “elites intelectuais” (SILVA, 2015 p.207)

Os “Escolanovistas” vão surgir então com um projeto de nação como propõe o “Manifesto dos Pioneiros”, buscando definir o processo educacional como direito na sua forma integral, tendo função social pública, ou seja, responsabilizando o Estado não só pela expansão do número de vagas nas escolas, mas também o zelo pela qualidade de ensino e formação integral do indivíduo, inserindo educação em contexto democrático. Então as escolas experimentais de Anísio Teixeira surgem com a intencionalidade de modernização e acesso dos mais pobres rompendo com a escola dualista e com intelectualismo classista, fazendo junção da escola pública e democracia e as tornando objetos na construção de uma nova sociedade.

De acordo com SILVA (2015), Anísio Teixeira observou e procurou basear-se na construção da democracia norte-americana, cuja responsável é a escola. A função social da escola seria a formação de um mundo moderno e a participação social, assim fazendo o indivíduo entender o sentido de sua atividade no interior da sociedade, compreendendo a coletividade como fator fundamental para construção da democracia. Além disso, Anísio irá compreender o processo de transformação da escola como a educação um fator relacionado a vida ponto chave para entendimento do contexto, dessa forma o conhecimento deveria ser experimentado, construído para transforma-lo, dentro desse processo do conhecimento pode-se considerar três conceitos importantes, a experiência, educação e a democracia. É através desses três fatores que o intelectual pensava a transformação estrutural da escola (CHAVES, 1999).

Para que essa tríade tivesse bom funcionamento era considerado fundamental o diálogo e que fosse estabelecido relações entre as divisões de ensino, alunos, professores, disciplinas e modalidades. Para a efetiva transformação pensada por Teixeira, era a escola deveria preocupar-se com o que ensinar:

conteúdos e programas escolares. Esses dois citados anteriormente, deveriam relacionar-se a vida e contexto social do aluno, proporcionando experiências e dando autonomia para construção do conhecimento. Preocupava-se em seu projeto não em apenas o acesso da escola a todos, para o pedagogo era indispensável o aprendizado integral para todos inclusive a camada pobre. Para isso, eram pensados programas através de projetos, cujo papel seria ensinar a fazer.

Em um primeiro momento seria pensado o ensino elementar, sendo três primeiros anos para o desenvolvimento da leitura, escrita e aritmética. Dois últimos anos, para desenvolvimento de técnicas em diferentes atividades como, linguagem e matemática, ciências físicas e naturais, ciências naturais, educação física, recreação, música desenho e artes aplicadas. (TEIXEIRA, 1997 p. 182) Todas essas mudanças ocorreram nas escolas experimentais pensadas por Anísio Teixeira, além da divisão dos níveis de ensino foi pensado como seria feito o diálogo e o desenvolvimento dos diferentes conhecimentos pensados para os alunos, sendo esses opostos a escola dualista.

[...] Reuniu pela primeira vez no país a formação de cultura geral com o ensino técnico no secundário; introduziu a participação de estudantes nas gestões escolares, bibliotecas, rádio educativa; formação superior na Universidade do Distrito Federal para o professor primário – instituiu, assim, a educação enquanto área de investigação acadêmica (SILVA, 2015).

Ou seja, acreditava-se que para mudar o cenário de desigualdade, era necessário a articulação de três elementos importantes para o bom funcionamento da escola para todos, seriam esses: a mudança curricular, a comunidade e a aplicabilidade do sistema educacional. Todas as atividades e projetos pensados fariam da escola progressiva, transformada, integral e formadora da classe baixa.

Na formulação do Programa Novo Mais Educação existem pontos de muito diferentes da concepção de Educação Integral, pensada por Anísio Teixeira. O PNME é colocado por seus formuladores como uma estratégia e não uma política pública (BRASIL, 2017). O Programa instituído pela Portaria MEC nº 1.144 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é considerado estratégia para melhorar o rendimento escolar através da complementação da carga horária dos alunos na escola. Além disso, tem por finalidade amparar na alfabetização, ampliação do letramento e melhoria na língua portuguesa, através do acompanhamento pedagógico. Também tem foco em reduzir a evasão e reprovação por meio do

melhor desempenho no rendimento escolar e por fim, melhorar resultados, especificamente a partir do 3º ano ao 9º ano do ensino fundamental.

As secretárias municipais, estaduais, e distritais (EExs) é que ficam responsáveis por indicar as escolas habilitadas a aderir o Programa e as escolas cadastradas (UEX) responsáveis por desenvolver um Plano de Atendimento no PDDE Interativo. Esse procedimento acontece, para que a escola consiga adquirir recursos financeiros para desenvolver o PNME (BRASIL, 2017). O Programa através dessas propostas buscar a superação pela desigualdade, propondo que alunos com baixo rendimento ou tendência a evadir, passem mais tempo na escola. O Novo Mais Educação é direcionado a atender esses alunos em específico, o atendimento ocorrendo através de voluntários vindos da comunidade ao redor, preferencialmente (Documento Orientador, 2017).

Diante dos fatos colocados, podemos ver que essa estratégia com foco em superação de desigualdades escolares assume caráter compensatório, visto que busca corrigir as deficiências escolares que determinada classe social economicamente marginalizada sofrem.

Segundo Mendonça (2017), podemos encontrar algumas problemáticas nas formulações consideradas inovadoras, pelo Programa. Primeiro, é bastante claro quanto ao caráter clientelista que desenvolve-se uma vez que os recursos estão escassos e Estados e municípios ficam responsáveis por implementar o programa por meio de parcerias entre escola e comunidade, reforçando uma troca de favores em busca de fundos público. Segundo, o apoio pelo trabalho voluntário de Mediadores da Aprendizagem e Oficineiros responsáveis por desenvolver as atividades diversificadas que o Programa propõe, pode ser considerada bastante questionável uma vez que não se pensa nem na universalização do oferecimento dessas atividades, e também fica a depender de voluntários com formação acadêmica e cultural duvidosa, para realizar atividades que buscam o desenvolvimento do conhecimento dos alunos. E terceiro, existe uma desresponsabilização do Estado em relação ao direito a educação através do Programa visto que não se fala em investimento

estrutural para as escolas de educação integral, ficam a depender de parcerias feitas pela escola e existe preocupações meramente relacionadas ao atendimento, deixando de lado o fato de que é responsabilidade do Estado oferecer condições estruturais para o melhor desenvolvimento dessas atividades e atendimento de todos os alunos da escola pública.

Diante desses fatos podemos ver que o Programa Novo Mais Educação consegue se distanciar muito da concepção de Educação Integral desenvolvida por Anísio Teixeira. Podemos destacar que ao analisar o Programa de forma aprofundada, pode-se encontrar aspectos diferentes em relação as escolas experimentais pensadas. Essa estratégia induzida pelo MEC, consegue desenvolver características bastante antagônicas a Educação Integral.

O Novo Mais Educação reforça as desigualdades presentes na educação, quando acolhe somente um determinado grupo de alunos para participar do período integral, perdendo o caráter democrático. Além disso, os fundos direcionados para o Programa, são apenas para compra de materiais, alimentação e pagamento do auxílio dos voluntários, sendo assim existe uma despreocupação com a estrutura das escolas que oferecem o Programa. Como é colocado por Silva (2015) outro ponto importante que se opõe as concepções do pioneiro da Educação Integral no Brasil, seria o trabalho dos voluntários, os responsáveis por desenvolver as atividades, são profissionais não agregados à escola e desenvolvem o trabalho apenas com um auxílio. Ao contrário do que Teixeira pensava, o PNME não se preocupa com fatores estruturais, pedagógicos ou de administração, dificultando então o desenvolvimento de um sistema educacional de caráter democrático e universal.

3 LEVANTAMENTO DE ARTIGOS COM A TEMÁTICA ESTUDADA DISPONÍVEIS ONLINE EM PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO

Com a intencionalidade de analisar como a literatura científica tem tratado a respeito das estratégias de educação integral e financiamento das mesmas, foi feito um levantamento de artigos científicos disponíveis online em periódicos nacionais na base de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sabendo que o tema pesquisado seria bastante escasso, já com base em algumas pesquisas prévias, usou-se como critério para selecionar os artigos científicos em periódicos de educação disponíveis online os descritores: Programa Mais Educação, Programa Novo Mais Educação, Educação Integral e Financiamento, esses deveriam estar presentes no título e/ou na palavra-chave e/ou resumo dos artigos disponibilizados e serem publicados no período de 2010 a 2019.

Ao pesquisar a partir dos descritores previamente definidos, identificou-se 177 artigos científicos que poderiam ter relação com a temática pesquisada, ao analisar os resumos e títulos de cada artigo disponibilizado, foi possível selecionar 27 artigos científicos que de fato correspondiam ao tema pesquisado. Esses artigos científicos foram selecionados em variados periódicos de educação disponíveis online, são esses dispostos na tabela a seguir:

Tabela 1- Relação de periódicos de educação e quantidade de artigos sobre a temática

Periódicos	Total de artigos
Currículo sem Fronteiras	1
Educar em Revista	3
Educação e Realidade	5
Educação e Sociedade	1
Educação: teoria e prática	1
Educação (UFSM)	1
Educação em Revista	2
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	4
Paidéia	1
Práxis Educativa	1
Revista Brasileira de Educação	1
Revista Brasileira de Educação do Campo	1
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)	1

Revista Eletrônica de Educação	1
Revista <i>HISTEDBR On-line</i>	1
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação – RIAEE	1
Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ	1
Total	27

Fonte: Elaborado pela própria autora, com base nos dados coletados, 2019.

Com base na análise de levantamento de dados na tabela, é possível constatar que os 27 artigos selecionados são de periódicos variados. Apenas alguns se destacam com maior publicação de artigos científicos com a temática pesquisada. O periódico Educação e Realidade se destaca como o que mais publicou artigos relacionados ao tema no período definido, sendo esses um total de 5 artigos, o equivalente a 18,52% dos artigos selecionados, logo em seguida temos o periódico Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação com a publicação de 4 artigos sendo 14,81% do total de artigos pesquisados, outro que se destaca em terceiro lugar com maior número de publicações é o periódico Educar em Revista com 3 artigos dos selecionados, representando 11,11%, depois desses 3 que se destacam com maior publicações, fica atrás o Periódico Educação em Revista com a publicação de apenas 2 artigos, sendo 7,41% do total. O restante dos periódicos conforme análise da tabela, ficaram apenas com a publicação de 1 artigo científico que se relaciona com o tema, correspondendo cada um aproximadamente 3,7% do total de artigos selecionados. Observa-se que o trabalho com os temas Educação Integral, o PNME e o financiamento dos mesmos, são assuntos muito pouco publicados, visto que em um período de quase 10 anos, o periódico que mais publicou representou um total de apenas 5 artigos.

Com base nos periódicos onde os artigos foram selecionados, faz-se necessário compreender um pouco sobre a origem e histórico dos mesmos. Para isso, é pesquisado sobre cada um separadamente, em sítios eletrônicos. A seguir apresenta-se sobre o que foi encontrado sobre cada um:

- **Currículo Sem Fronteiras:** é uma revista acadêmica criada em 2001 cuja intencionalidade é compartilhar conhecimentos sobre a Educação de forma emancipatória e pedagogia crítica. É uma publicação quadrimestral e preocupa-se em compartilhar essas publicações aos países de língua portuguesa. ISSN 1645-1384 (versão online).

- **Educar em Revista:** É uma revista acadêmica (impressa e online) e faz publicações quadrimestrais, tem a missão de publicar trabalhos relacionados a área educacional, tem como intenção abordar questões atuais e significativa no que diz respeito a fenômenos educativos. Seu ano de início foi em 1999 e é vinculada a Universidade Federal do Paraná. ISSN 0104-4060 (versão *online*) e 1984-0411 (versão impressa).
- **Educação e Realidade:** É uma revista acadêmica que faz publicações na área da educação desde 1976 e está vinculada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde 2013 faz publicação por trimestre, e busca resgatar debates atuais oriundos do meio nacional e internacional. ISSN 2175-6236 (versão *online*) e 0100-3143 (versão impressa).
- **Educação e Sociedade:** Faz publicações desde 1998 em Campinas e vinculado à UNICAMP, preocupa-se em fazer reflexões acerca das relações com a educação e a sociedade. É editada pelo CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) criado em 1979. ISSN 1678-4626 (versão *online*) e 0101-7330 (versão impressa).
- **Educação: teoria e prática:** A Revista Educação: Teoria e Prática é uma publicação do Departamento de Educação - IB e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Câmpus de Rio Claro e tem como missão compartilhar com profissionais e alunos assuntos que norteiam a educação de forma crítica. Foi fundada em 1993 e a partir de 2011 as edições anuais passaram de semestral para quadrimestral. ISSN 1981-8106 (versão *online*).
- **Educação (UFSM):** criada em 1970 é vinculada a Universidade de Santa Maria e tem como intenção publicar trabalhos inéditos e originais na área da Educação. Suas edições anuais acontecem a cada trimestre. ISSN 1984-6444 (versão *online*).
- **Educação em Revista:** criada em 1985 é uma revista acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A partir de 2012 passou a ter publicações de forma quadrimestral, possui exclusivamente formato eletrônico desde 2016.

Possui missão em divulgar os conhecimentos relacionados a área educacional. ISSN 1982-6621 (versão *online*) e 0102-4698 (versão impressa – até 2015).

- **Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação:** faz publicações de forma trimestral e é vinculado a Fundação Cesgranrio. É um veículo responsável em fazer divulgações de trabalhos, pesquisas, levantamentos e estudos relacionados a avaliação e políticas públicas e enfatizando as experiências e perspectivas brasileiras. ISSN 1809-4465 (versão *online*) e 0104-4036 (versão impressa).
- **Paidéia:** essa revista é publicada desde 1991 e é vinculada ao Programa de Pós-graduação em psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Faz publicações de artigos originais que estão relacionados ao campo da Psicologia, especificamente nas áreas: Psicologia da Saúde, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia Escolar e Educacional, Psicologia Social e Avaliação Psicológica. ISSN 1982-4327 (versão *online*) e 0103-863X (versão impressa).
- **Práxis Educativa:** é uma revista do Programa de Pós-graduação da Universidade de Ponta Grossa, tem como missão a publicação de trabalhos que apresentem rigor científico, solidez teórica e análise crítica. Os artigos devem resultar de pesquisas ou ensaios com reflexões originais, sobretudo que desenvolvam interlocuções entre os mais variados campos da ciência e do conhecimento. O nome da revista reflete a preocupação com uma perspectiva em que a teoria e a prática estejam integradas na tessitura da ação educacional. A periodicidade das edições é de forma quadrimestral. ISSN 1809-4309 (versão *online*) 1809-4031 (versão impressa).
- **Revista Brasileira de Educação:** faz publicações desde 1995 com o objetivo de publicar artigos resultantes de pesquisas associadas a área educacional. É publicada de forma trimestral e vinculada a ANPEd. ISSN 1809-449X (versão *online*) e 1413-2478 (versão impressa).

- **Revista Brasileira de Educação do Campo:** de periodicidade semestral, publica Artigos originais resultantes de pesquisas teóricas e/ou empíricas, Dossiês Temáticos, Ensaio, Entrevistas e Resenhas de temas vinculados à Educação do Campo sob diferentes campos da pesquisa, a saber: História da Educação do Campo; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Jovens e Adultos do Campo; Formação Docente; Povos Indígenas e Educação; Didática e Práticas Pedagógicas em Artes e Música; Arte na Educação do Campo; Interculturalidade na Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Questão Agrária e Campesinato. Possui vínculo com a Universidade Federal do Tocantins. Trabalha apenas com versão online. ISSN 2525-4863 (versão *online*).
- **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP):** criada em 1944, é um periódico quadrimestral, publicado em formato impresso e eletrônico. A RBEP publica artigos inéditos, resultantes de pesquisas que apresentem consistência, rigor e originalidade na abordagem do tema e contribuam para a construção do conhecimento na área de Educação. Vinculada ao INEP possui versão impressa e eletrônica. ISSN 2176-6681 (versão *online*) e 0034-7183 (versão impressa).
- **Revista Eletrônica de Educação:** vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos tem o objetivo de publicar artigos e estudos em qualquer língua sobre temas que contribuam com o debate educacional, bem como para a divulgação do conhecimento produzido na área. A periodicidade das publicações é quadrimestral. ISSN 1982-7199 (versão *online*).
- **Revista HISTEDBR On-line:** A Revista HISTEDBR on-line é uma publicação do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR da Faculdade de Educação/UNICAMP, que tem por objetivo publicar artigos resultantes de pesquisa ou de reflexão acadêmica, estudos analíticos e resenhas na área de história da educação. Começou a ser publicada no ano de 2000 e possui apenas versão eletrônica. ISSN 1676-2584 (versão *online*).

- **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAEE):** é um espaço editorial para artigos relacionados à grande área de Educação, em seus vários temas: Filosofia e Historiografia da Educação; Política e Gestão de Unidades Educacionais; Pesquisa e Avaliação; Inovações Tecnológicas voltadas para a Educação; Formação do Educador, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas; Educação Sexual, Gênero e Valores; Escola Inclusiva e Educação Especial; Educação Básica; Educação Profissional e Técnica; Educação de Jovens e Adultos; Educação Superior; e Padrões de Internacionalização. A RIAEE surgiu da relação acadêmica estabelecida entre a **Universidade de Alcalá de Henares (UAH)**, Espanha, e a **Faculdade de Ciências e Letras (FCL)** da **UNESP**, Araraquara. Faz publicações de forma trimestral. ISSN 1982-5587 (versão *online*) e 2446-8606 (versão impressa).
- **Revista Pedagógica UNOCHAPECÓ:** é uma publicação de fluxo contínuo do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPG-Educação) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Destinada a promover e incentivar o debate acadêmico entre pesquisadores nacionais e internacionais, a Revista construiu-se com base na ideia da crescente importância de espaços para a disseminação do conhecimento produzido na área da Educação. Editada desde 1998 desde 2019 tem periodicidade de fluxo contínuo. ISSN 1984-1566 (versão *online*).

De acordo com o período de 2010 a 2019, período selecionado para pesquisa, observa-se as publicações dos artigos com as temáticas analisadas nos periódicos, é possível observar a trajetória dessas publicações no gráfico a seguir:

Práxis Educativa	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Rev. Bras. Educ.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Rev. Bras. Educ. do Campo	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
RBEP	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Rev. Eletrônica de Educação	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Rev. HISTEDBR On-line	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
RIAEE	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Rev. Pedagógica UNOCHAPECÓ	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Total de artigos por ano	1	1	3	2	2	7	1	8	1	1

Fonte: A autora com base nos dados coletados

Analisando o gráfico 1 e a tabela 2 podemos ressaltar que durante o período de tempo determinado para a pesquisa, as publicações estão distribuídas ao longo dos anos, apesar disso existe uma maior concentração no número de publicações nos anos de 2015 e 2017. Pode-se observar assim que as publicações das temáticas estudadas aconteceram mais em determinados anos. Para melhor compreendermos, é importante destacar os dados encontrados conforme os descritores que foram utilizados, como mostra a tabela:

Tabela 3 – Relação de recorrência de cada descritor presentes em título e/ou palavras-chave e/ou resumo por periódico.

Periódicos	Descritores				Total por periódico
	PME	PNME	Ed. Integral	Financiamento	
Currículo sem Fronteiras	1	-	-	-	1
Educar em Revista	1	-	1	1	3
Educação e Realidade	2	1	2	-	5
Educação e Sociedade	-	-	1	-	1
Educação: teoria e prática	1	-	-	-	1
Educação (UFSM)	1	-	-	-	1
Educação em Revista	1	-	1	-	2

Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação	-	-	4	-	4
Paidéia	-	-	1	-	1
Práxis Educativa	-	-	1		1
Rev. Bras. Educ.	-	-	1	-	1
Rev. Bras. Educ. do Campo	1	-	-	-	1
RBEP	1	-	-	-	1
Rev. Eletrônica de Educação	1	-	-	-	1
Rev. HISTEDBR On-line	1	-	-	-	1
RIAEE	-	-	1	-	1
Rev. Pedagógica UNOCHAPECÓ	1	-	-	-	1
Total de artigos	12	1	13	1	27

Fonte: A autora com base nos dados coletados

Com base nos dados levantados é perceptível que os descritores Programa Mais Educação e Educação Integral é que foram abordados na maior parte dos artigos selecionados. O descritor Programa Mais Educação, com 12 artigos representando 44,44% do total, Educação Integral com 13 artigos, representando 48,14%, e os descritores Programa Novo Mais Educação e Financiamento, com um artigo cada, representando cada um 3,70% dos artigos selecionados. Alguns artigos apresentaram mais de um descritor, mas foi decidido em colocar apenas o descritor que se apresentasse primeiro em cada artigo.

Ao selecionar os artigos o descritor Programa Novo Mais Educação não se apresentava em um grande número de artigos, ou quando aparecia nas pesquisas, não havia relação com a temática que tem a intenção de compreender o financiamento e gestão do Programa. Por isso foi adicionado os descritores Programa Mais Educação e Educação Integral, que possibilitou um maior repertório de artigos relacionados ao presente estudo. Apesar dos artigos não carregarem o descritor PNME na palavra-chave, título, ou resumo, os que foram escritos entre os anos 2017 a 2019 mencionam esse descritor falando sobre possíveis mudanças do Programa e fazendo relação aos assuntos que são interessantes para esse trabalho. Além disso, o descritor Financiamento, disponibilizou poucos artigos que se relacionavam a Educação Integral, ao pesquisar disponibilizou-se apenas um artigo.

Como esse trabalho busca compreender melhor sobre a gestão do PNME e financiamento, utilizou-se esse artigo identificado no levantamento e mais um outro artigo encontrado em acesso a sítios eletrônicos, além dos documentos oficiais do Programa atualizado para análise que será discutida mais detalhadamente no próximo capítulo.

4 FINANCIAMENTO E GESTÃO NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO

Essa pesquisa gira em torno de compreender melhor as estratégias de educação integral no Brasil, especificamente o Novo Mais Educação que é o programa vigente atualmente, para isso foi necessário realizar um resgate histórico da educação integral no país além de buscar na legislação como entende-se o direito à educação dos cidadãos brasileiros. Depois de fazer esse resgate, foi analisado o documento orientador do programa e outros documentos oficiais que irão nortear acerca do financiamento e gestão do programa e da educação integral em tempo integral.

4.1 Do direito a Educação Integral

Antes de compreendermos como se dá o financiamento e gestão de um programa específico de educação integral, é necessário entender a mesma como um direito através de legislações vigentes. Para isso, foram analisados dois artigos científicos que fazem um resgate sobre o direito da educação integral no Brasil, e através dessa análise também é possível resgatar documentos oficiais que buscam garantir esse direito às crianças e adolescentes. Como é colocado por Menezes (2012) a educação integral é recebida como estratégia com foco no avanço educacional e da aprendizagem contribuindo para pleno desenvolvimento do estudante. Diante da realização de projetos educacionais para educação integral e tempo ampliado, é necessário buscar como se posicionam as legislações e normas mais recentes em relação a educação integral.

A Constituição Federal de 1988 faz menção do direito a educação em seu 6º artigo colocando como direito a ser garantido pelo Estado e a Família, além disso é descrito em seu artigo 205:

“[...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (BRASIL, 1988)

Menezes (2012) irá explicar que ao falar no pleno desenvolvimento do cidadão possibilita considerar a forma integral do indivíduo. Ainda na CF de 1988 no artigo 215 é colocado a relevância do pleno exercício dos direitos culturais do cidadão e da acessibilidade a fontes de cultura nacional em suas diversificadas formas. Assim possibilita-se a compreensão da valorização da diversidade na

garantia do direito a educação. É possível refletir sobre Educação Integral como forma de proteção social. Ao inserir alunos em condições de desigualdade em escolas de tempo integral irá garantir ao mesmo a inclusão social e oferecer maiores oportunidades de desenvolvimento pleno para exercício da cidadania. Pensando dessa maneira, o fato da ampliação do tempo na escola irá ajudar evitar que direitos postos no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), uma das principais normatizações relacionadas à educação, sejam violados.

A Lei de Bases e Diretrizes (LDB) em seu artigo 31 irá trazer o tempo mínimo para educação infantil de 4 horas diárias e para jornada integral 7 horas diárias e em seu artigo 34 irá esclarecer sobre o ensino fundamental, colocando que assim como na educação infantil, a jornada mínima será de no mínimo 4 horas diárias efetivas em sala de aula, possibilitando progressivas ampliações. Depois em seu 2º caput é inserido que o ensino fundamental será ministrado em período integral de acordo com os sistemas de ensino (BRASIL, 1996). Já o Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) irá colocar como meta (6ª) oferecer educação em tempo integral a 50% da rede pública, sendo 25% para atender alunos da educação básica (BRASIL, 2014).

Além dessas normatizações, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) também busca sobre o direito a educação integral, segundo Menezes (2012) o Fundo avançou considerando o tempo integral para todos níveis do ensino básico, sendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, de forma que passou a destinar recursos as escolas que recebem matrículas em tempo integral. Os recursos destinados à educação integral apenas são repassados para escolas com matrículas de acordo com o decreto nº 6.253/2007 em seu artigo 4º, que considera apenas educação básica integral aquela escola que possui matrículas com jornada igual ou superior a 7 horas diárias (BRASIL, 2007).

Também existe o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) um mecanismo criado pelo Conselho Nacional pelo direito à Educação, cuja missão é traduzir em valores o quanto o Brasil precisa investir por aluno ao ano em cada etapa e modalidade da educação pública, o CAQi irá trazer em valores um padrão mínimo de qualidade do ensino, já o CAQ irá avançar em relação ao padrão mínimo, pois vai considerar o caráter dinâmico econômico do Brasil, posicionando-o como uma das maiores economias do mundo, e assim o CAQ irá apresentar capacidades de investimento na educação pública aproximando um padrão de

qualidade ao dos países desenvolvidos em termos educacionais. No PNE, irá apresentar em sua meta 20, estratégias para incluir o padrão do CAQ, é disposto na seguinte forma:

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014)

Nas estratégias da meta descrita acima é comentado formas para atingir os padrões de custo aluno-qualidade inicial que irá sofrer reajuste progressivo ao passar dos anos até a implementação plena do CAQ. De acordo com a página de esclarecimento sobre o CAQ os estudos se iniciaram em 2002, de acordo com a Lei do Fundef, que estabelecia que a União, Estado e Municípios estabelecessem um valor de custo aluno qualidade (BRASIL, 2001). Além disso, em 1996 foi feita uma Emenda Constitucional ao artigo 211 da Constituição Federal de 1988, determinado em seu parágrafo 1º que a União ficará responsável em organizar os sistemas Federal de ensino e dos Territórios, exercendo função redistributiva de financiamento, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino sendo responsável por assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Esse estudo de padrões de qualidade inclui escolas de tempo integral em todas etapas.

Ainda é possível pensar em Educação Integral para além do fato de ampliar o tempo, como é colocado na LDB em seu artigo 2º que foca no “pleno desenvolvimento do educando”, como é colocado por Zanardi (2017) ao a LDB dispor sobre a Educação Básica, irá trazer aspectos presentes nos currículos educacionais que possibilita desenvolver os educandos em suas várias dimensões, demonstra a necessidade de ampliação do tempo diante dos diversos saberes a ser desenvolvidos.

A LDB indica, a título de exemplo, a obrigatoriedade do ensino de línguas, matemática, mundo natural, mundo físico, mundo social, educação física, música, exibição de filmes de conteúdo nacional, direitos humanos etc. Além disso, ao dispor sobre educação infantil, ela traz “como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (BRASIL, 1996). Ou seja, há a assunção de um compromisso com a Educação Integral no corpo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (ZANARDI, 2017, p. 31).

Dentro desse contexto, legalmente podemos ver que existe um compromisso em que para trabalhar com a Educação Integral há necessidade de maior tempo de

permanência dos alunos na escola. O problema atual é que muitas escolas com programa de ampliação da jornada escolar, como o Novo Mais Educação, não conseguem fazer um planejamento com objetivos que dialoguem como o que é proposto acima, existe um desprezo entre a relação Educação Integral e jornada ampliada, essa questão passa a ser um problema na gestão do programa por conta da percepção que se tem de programas que viabilizam o aumento do tempo dos alunos na instituição escolar.

Como já foi dito, pensando no direito à educação, é que surgiu a Educação Integral, Anísio Teixeira concebeu as escolas-parque e buscou colocar em prática suas ideias de romper com o privilégio da classe dominante, oferecendo uma educação previamente pensada que buscava oferecer a formação do homem comum para alunos oriundos de classes populares. Para Anísio, a grande taxa de evasão e número elevado de analfabetos era resultado de uma educação inadequada, e pensada apenas para os filhos da elite brasileira sem compromisso com a construção da democracia (ZANARDI, 2017). Conforme esse pensamento, fica claro que a educação em meados de 1950 começa a ser entendida e considerada não como um privilégio apenas para uma parte da sociedade, mas sim como um direito individual para efetivação de uma sociedade democrática.

Em um novo contexto social pós Ditadura Civil-Militar surge os CIEPs em 1985, pensado por Darcy Ribeiro, vice-governador do Rio de Janeiro.

A busca por uma Educação Integral foi renovada como projeto estadual de educação diante de uma realidade excludente, uma vez que o Brasil tinha 26% de pessoas com mais de 15 anos analfabetas (RIBEIRO, 1986), o que correspondia a 19 milhões de brasileiros excluídos da educação primária. (ZANARDI, 2017, p 26)

Inspirado em Anísio Teixeira, Ribeiro transformou os CIEPs em uma grande oportunidade para atendimento das classes populares e carentes de forma pública e integral. O Programa buscava agregar as disciplinas tradicionais com atividades esportivas, culturais, alimentação e atendimento médico-odontológico. Através dessa proposta, os CIEPs foram bastante criticados por conta de uma lógica assistencialista e um caráter de educação compensatória, além de uma concepção da escola salvacionista. Diante de críticas como essas, compreende-se que não é possível termos a escola de tempo integral como forma de sanar deficiências de políticas públicas. É com a Constituição Federal de 1988 que surge então a superação da concepção da educação como assistência e passa a ser imposta

como um direito fundamental do cidadão além de ser estabelecida como obrigatória e gratuita toda a educação básica (ZANARDI, 2017).

Conforme é disposto nas legislações citadas no decorrer desse capítulo, vemos que foram colocados compromissos que não se limitam apenas ao acesso à educação, a educação integral vem como forma de efetivar os direitos fundamentais além de promover a possibilidade da qualidade do ensino na formação do cidadão. Em 2007 surgiu o Programa Mais Educação como projeto nacional, que possuía a intenção de cumprir o direito e ampliar qualitativamente a educação oferecendo novas possibilidades de atividades culturais que iam além dos saberes tradicionais, é possível analisar um esforço em produzir um novo diálogo entre educadores, educandos e novos saberes (MEC, 2007, n.p.). Pelo fato do PME não ter sido capaz de atingir o IDEB e as metas 6 e 7 do PNE (2014-2024), que buscavam a ampliar a oferta da educação integral e a melhoria do fluxo da qualidade escolar então foi instituído o Programa Novo Mais Educação que buscou reestruturar o antigo programa para atender os alunos em tempo ampliado com foco em atingir metas e o IDEB (MEC, 2016).

Analisando essas estratégias atuais de ampliação de tempo na escola podemos encontrar diversos problemas no que refere-se a democratização do ensino. Com já foi dito, a intenção de ao ampliar o tempo na escola o aluno oriundo da classe popular tenha acesso a conhecimentos que vão desenvolver o mesmo em suas diversas dimensões. O PME que trouxe uma proposta interessante de promover atividades culturais, artísticas e outros conhecimentos que trabalhavam o desenvolvimento multimensional, não foi capaz de promover uma universalização do mesmo. Então ao surgir o PNME, vemos que ele busca cumprir as metas, mas tem foco em potencializar no aluno o “mais do mesmo” visto que as quinze horas que o aluno passar a mais na escola, oito horas vão ser divididas com foco em Língua Portuguesa e Matemática restando apenas sete horas para desenvolver alguma atividade extracurricular, sendo perceptível a importância que se dá aos exames que mensuram os conhecimentos adquiridos. Assim é disposto no portal do MEC referindo-se ao programa:

O Programa tem por finalidade contribuir para a:

I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

- II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;
- III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular.
- IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola (MEC, 2017)

Vemos que dentro das finalidades citadas acima, o programa não procura atender todos os níveis da educação básica, além de não procurar desenvolver conhecimentos além dos tradicionais, no item II vemos ainda, um posicionamento assistencialista além do desinteresse em buscar desenvolver outros aspectos nos educandos, essa estratégia reforça a marginalidade da qualidade da educação dentro da instituição escolar.

4.2 Do financiamento e gestão da Educação Integral e do PNME

Foi analisado alguns documentos oficiais como, manuais operativos do PNME de 2017 e 2018, Documento Orientador de 2016 e 2018 do PNME, referentes a gestão e financiamento do PNME, também como são repassados os recursos destinados à educação de tempo integral, também foi analisado documentos referentes aos valores nacionais do Fundeb dos anos 2017, 2018 e 2019. Também para essa parte da pesquisa foram analisados artigos científicos sendo um, dos artigos selecionados na plataforma CAPES, e outros dois encontrados em sítios eletrônicos. Ao observar a legislação vigente, vemos que há políticas que asseguram o investimento em estratégias de ampliação de tempo na escola. A seguir será percorrido então como se dá esse investimento atualmente e também as análises de alguns autores sobre esse assunto. Conforme é colocado por Menezes (2012), a garantia dos direitos faz associar as fontes de financiamento, então é preciso compreender quais as possibilidades de recursos para educação integral no contexto atual.

Como já foi colocado segundo Decreto 6.253/2007 é considerado matrícula em período integral o aluno que fica no mínimo sete horas diárias na escola, para essas matrículas existe um fator de ponderação que será direcionado recursos em valor maior para maior permanência na escola via Fundeb. Zanardi (2012) salienta em sua pesquisa que a Lei 11.494/2007 irá orientar sobre os fatores de ponderação, esses fatores irão se aplicar as diferentes etapas, modalidades de ensino na

educação básica e tipos de estabelecimento, multiplicados ao valor mínimo por aluno definido anualmente em contexto nacional.

Art. 4º A União complementarará os recursos dos Fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo desta Lei, não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado de forma a que a complementação da União não seja inferior aos valores previstos no inciso VII do caput do art. 60 do ADCT.

§ 1º O valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente constitui-se em valor de referência relativo aos anos iniciais do ensino fundamental urbano e será determinado contabilmente em função da complementação da União (BRASIL, 2007).

Como já foi colocado, a cada ano é publicado o valor anual mínimo por aluno, para melhor compreensão será disposta uma tabela dos anos de 2009, 2017, 2018 e 2019 com o valor mínimo anual fixado e as ponderações de cada ano de acordo com as modalidades, estabelecimentos, e etapas na educação integral. O valor mínimo anual para cada um dos anos referidos respectivamente são R\$ 1.221,34, R\$ 2.875,03, R\$ 3.016,67 e R\$ 3.238,52. Esses valores são fixados e correspondem a diferentes etapas da educação básica pública. Os valores aluno anual (VAA) colocados na tabela, resulta da multiplicação do valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente pela respectiva ponderação.

Tabela 4 - Valores mínimos anuais em nível nacional para etapas da educação básica pública em tempo integral do Fundeb.

Tempo Integral	2009		2017		2018		2019	
	Pond.	Valor aluno	Pond.	Valor aluno	Pond.	Valor aluno	Pond.	Valor aluno
Creche	1,10	1.343,47	1,30	3.737,53	1,30	3.921,67	1,30	4.210,07
Creche Conveniada	-	-	-	-	1,10	3.318,33	1,10	3.562,37
Pré-escola	1,20	1.465,60	1,30	3.737,53	1,30	3.921,67	1,30	4.210,07
Pré-escola conveniada	-	-	-	-	-	-	1,30	4.210,07
Ensino Fundamental	1,25	1.562,67	1,30	3.737,53	1,30	3.921,67	1,30	4.210,07
Ensino Médio	1,30	1.587,74	1,30	3.737,53	1,30	3.921,67	1,30	4.210,07

Fonte: A autora com base nos dados coletados.

Como podemos observar na tabela acima que faz referência aos três últimos anos, vemos que apesar do VAA aumentar a cada ano, o fator de ponderação não varia. Na Lei 11.494/2007 é definido um intervalo da variação da ponderação entre 0,70 e 1,30 de acordo com o artigo 10, parágrafo 2º. Com a leitura dessa tabela é

possível constatar que em 2017 o fator de ponderação era o mesmo para todas etapas da educação básica, modalidades e estabelecimentos, em 2018 também foi mantido o fator de ponderação máximo para todas as etapas, com exceção para as creches conveniadas, em 2019 foi mantido os mesmos fatores de ponderação. Menezes (2012) faz essa análise para os anos 2007, 2009 e 2011, em seu estudo é possível analisar que é em 2011 que passa-se a considerar o fator de ponderação máximo para todas as etapas da educação básica. Ou seja, os valores passam a ser os mesmos para todas as etapas, demonstrando uma ausência de diferenciação, desconsidera-se o fato das etapas, modalidades e estabelecimentos de ensino possuírem custos diferenciados e de também de recursos diferentes, fica nítido que o fator de ponderação não possui uma flexibilidade, é considerado o mesmo para todas etapas, deixando transparecer que esse valor não é definido de acordo com as reais necessidades e nem de acordo com as particularidades de cada etapa. É possível comparar também o VAA de dez anos atrás, em 2009 os fatores de ponderação variavam além de ser possível identificar o aumento significativos que tivemos no investimento entre esses dez anos.

Apesar desse aumento significativo no período demonstrado ainda assim a educação pública encontra-se defasada em relação as necessidades da educação básica pública, visto que se pegarmos o VAA de 2019 e dividirmos pela quantidade de meses que a criança fica na escola (10 meses), os estabelecimentos de ensino terão em média R\$323,85 mensais para arcar com a permanência do aluno e demais recursos que requer a instituição educacional, sendo esses de natureza de custeio e capital. Para Menezes (2012) é necessário que a Lei do Fundeb seja modificada, uma vez que o fator de ponderação não considera custos reais, como o valor necessário para cada etapa e modalidade de ensino, a relação estudante/turma, infraestrutura, qualificação dos profissionais da educação e a presença da jornada integral, ou seja, o Fundeb mínimo oferecido anualmente ainda não é suficiente para todas as necessidades e oferecer de fato um ensino de qualidade.

Quando fala-se em financiamento da educação e qualidade do ensino, podemos relacionar a necessidade de implementação do Custo Aluno Qualidade como base para o financiamento da educação básica pública como é colocado no PNE 2014 que se desdobra em estratégias cuja uma delas é garantir o padrão mínimo de qualidade anual por aluno em cada etapa e modalidade da educação

básica. Esse indicador de padrão mínimo é o CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial), como já foi dito, ele irá buscar indicar um valor mínimo para investimento nos recursos que necessitam uma escola. Conforme pesquisa por Semis (2018) são esses recursos considerados materiais e não-materiais como infraestrutura, material didático, tamanho das turmas espaços para biblioteca, quadras, além de formação de docentes, salários compatíveis, profissionais especializados entre outros. O cálculo CAQi e CAQ foi desenvolvido em 2007 pelo Conselho Nacional Pelo Direito a Educação, e de acordo com o PNE era para ser colocado em prática em 2016 o CAQi, mas o PNE vem sendo deixado de lado uma vez que criou-se uma política de teto de gastos para os próximos 18 anos (SEMIS, 2018).

A proposta da comissão era analisar os caminhos de implementação, mas foi revogada em 2018 para dar lugar ao Comitê Permanente de Avaliação de Custos da Educação Básica, que pretende avaliar a viabilidade de implementação de mecanismos de financiamento da Educação. Com isso, não há previsão para que o indicador seja implementado e as redes de ensino possam contar com essa verba (SEMIS, 2018)

É disposto na tabela abaixo de acordo com pesquisa realizada pela autora Laís Semis através da revista Nova Escola em 2018, o CAQi na modalidade que interessa essa pesquisa (integral):

Tabela 5 – CAQi anual para a modalidade integral nas etapas da Educação Básica.

Etapas		Horas semanais	Alunos por turma	CAQi Anual
Creche integral	tempo	50 h	11,2	R\$ 23.579,62
		35 h	20	R\$ 14.457,21
Pré-escola integral	tempo			
Ensino Fundamental I		35 h	25	R\$ 10.932,65
Ensino Fundamental II		35 h	20	R\$ 10.609,11
Ensino Médio		35 h	35	R\$ 8.293,19

Fonte: A autora com base nos dados coletados.

Além da proposta de padrão mínimo também temos o CAQ que seria a etapa seguinte a implementação do CAQi. Como é colocado no PNE (2014) o investimento na educação deve ser progressivo, e a intenção é que depois de ser estabelecido em 2016 o padrão mínimo de qualidade, fosse implementado o CAQ progressivamente com o objetivo de chegar a um patamar de qualidade semelhante ao de países desenvolvidos. Essa proposta acabou vencendo em 2017, de acordo com Semis (2018). Na tabela a seguir mostra o investimento necessário para a

implementação do CAQ, assim tendo um padrão de investimento na educação de país desenvolvido.

Tabela 6 – CAQ anual para modalidade integral nas etapas da Educação Básica.

Etapa	Horas semanal	Alunos por turma	CAQ Anual
Creche de período integral	50 h	11,2	R\$ 39.210,61
Pré-escola de período integral	35 h	20	R\$ 21.623,14
Ensino Fundamental I	35 h	25	R\$ 16.069,55
Ensino Fundamental II	35 h	30	R\$ 14.765,57
Ensino Médio	35 h	35	R\$ 11.428,60

Fonte: A autora com base nos dados coletados.

A implementação do CAQi e conseguinte o CAQ indicaria um avanço para Educação no país, visto que seria planejado o quanto de investimento é necessário para uma educação de qualidade pública. Porém quando trata-se desse assunto não existe nenhuma Comissão responsável em desenvolver esse planejamento e como já vimos o cumprimento das estratégias que o PNE (2014) propõe estão em atraso.

Como é possível analisar nas informações colocadas nessa pesquisa, podemos constatar que estamos em atraso quando fala-se em investimento na educação básica, principalmente em cumprir as metas do PNE (2014). Por conta dessa defasagem criou-se estratégias como o Programa Novo Mais Educação. Como já foi colocado, o PNME passou por diversas modificações, analisando sua proposta é preciso compreender como ocorre o financiamento dessa estratégia e como as escolas devem gerencia-lo.

O objetivo principal para o PNME é ampliar as matrículas no período integral para melhoria dos resultados escolares no sistema público na etapa de Ensino Fundamental, a partir do 3º ao 9º ano. O programa prevê repasses para escolas estaduais e municipais que apresentam complementação de horário para realizar as atividades que são propostas. Com base na LDB, as escolas que possuem matrículas com aluno que frequentassem no mínimo 35 horas semanais a União comprometeu-se em enviar recursos financeiros através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação) pelo PDDE Integral (Programa Dinheiro Direto na Escola), os alunos que forem matriculados em período integral também recebem

do Fundeb a complementação de acordo com o valor que a tabela 4 dessa pesquisa indica.

Como é colocado por Capuchinho e Crozatti (2018) O FNDE é o órgão responsável por fazer transferências de recursos da educação para as políticas de educação. São essas transferências de recursos divididas em três categorias, de forma direta, automática e decorrente de convênios. A primeira é quando a União centraliza um repasse para Estados e Municípios produtos e serviços, como o caso do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e outros. O segundo, repasse automático, é aquele repasse previsto em Lei, como o caso do Fundeb, e o terceiro através de convênios seria o caso do PDDE, utilizado para financiar projetos educacionais sejam esses decorrentes de entidades federais, governamentais ou municipais. O repasse do PNME na forma de convênio, ou seja, através do PDDE Educação Integral, que repassa a verba para as UEx, para o arcar com despesas como alimentação e transporte dos monitores e voluntários do Programa, compra de materiais e aquisição de determinados serviços. É colocado no Documento Orientador do Programa que o uso dessa verba deve ser apenas na cobertura de custos de natureza de custeio, como é colocado na Resolução nº17 de 22 de dezembro de 2017 acerca do Programa:

Art. 10 - Os recursos destinados ao financiamento do Programa serão repassados às UEx representativas das escolas beneficiadas para cobertura de despesas de custeio, devendo ser empregados:

I - no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos Mediadores da Aprendizagem e Facilitadores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, conforme os incisos II e III do art. 5º desta Resolução; e

II - na aquisição de material de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades complementares (BRASIL, 2017).

Para participação no PNME as escolas devem previamente enviar ao MEC seus dados cadastrais e então serão pré-selecionadas, como possíveis participantes, devem enviar através do PDDE Interativo um Plano de Atendimento, que então será avaliado. O MEC fica como órgão regulador central no que tange aos repasses da União, ou seja, as escolas vão ter autonomia restrita, de acordo com as regras previamente definidas pelos órgãos responsáveis, para utilizar os recursos repassados.

De acordo com Manual Operativo (2018) as UExs selecionadas para participar do Programa devem colocar em seu Plano de Atendimento a opção de ou

adotar 5 horas semanais ou 15 horas semanais complementares ao turno normal, também devem registrar o número de alunos participantes, para as que optam pela opção de 15 horas complementares devem decidir quais atividades serão desenvolvidas e indicar o Articulador da Escola. As UExs devem atender de forma prioritária alunos que apresente alfabetização incompleta ou letramento insuficiente que tenha demonstrado dificuldades de acordo com as avaliações. As turmas de acompanhamento pedagógico devem ser compostas por no máximo 20 alunos e turmas das demais atividades devem ser compostas por até 30 alunos. Como já foi colocado os responsáveis em desenvolver as atividades do Programa, são o Articulador, os mediadores e os facilitadores. O Articulador deve ser um coordenador pedagógico, vice-diretor ou um professor da rede. O Mediador e o Facilitador a escola têm autonomia para escolher de acordo com as decisões do Município, podendo ser um professor formado até o educador popular (professores aposentados, licenciados ou universitários). A esses dois últimos deve ser atribuído no máximo 10 turmas, sendo o Mediador responsável pelo Acompanhamento Pedagógico e o Facilitador responsável em desenvolver as 7 horas de atividades, podendo ser de diferentes campos (Arte, Cultura, Esporte e Lazer), sendo que cada facilitador e mediador poderá trabalhar com até duas atividades diferentes (BRASIL, 2018).

O ressarcimento do Programa é equivalente a oito meses, sendo esse para o pagamento dos autores das atividades do PNME e para a aquisição de materiais. Como é colocado no Manual Operativo (2018) esses recursos repassados são para as despesas de custeio. Esses recursos são calculados de acordo com as informações que são colocadas no Plano de Atendimento correspondendo ao valor estimado de acordo com o número de alunos, turmas e a quantidade horas semanais complementares

Para o pagamento de monitores (Mediador e Facilitador) é feito o seguinte cálculo:

- R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês, por turma de acompanhamento pedagógico, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas;
- R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês, por turma das atividades de livre escolha da escola, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas;
- R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês, por turma de acompanhamento pedagógico, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 5 (cinco) horas; (BRASIL, 2018).

de acordo com essas determinantes, segue o exemplo de que se uma escola com 100 alunos integrantes do Programa optar por 5 horas semanais complementares, terá 5 turmas de cada atividade (Acompanhamento pedagógico Língua Portuguesa e Matemática), o cálculo do repasse dessa escola será feito da seguinte forma: R\$ 80,00 x 8 meses x número de turmas; de acordo com as informações descritas seria a escola receberia R\$6.400,00 para arcar com as despesas nesses oito meses. Uma escola com 100 alunos participantes que optar por 15 horas semanais complementares, o valor que a escola receberá segundo pelo Manual Operativo (2018) é feito através do seguinte cálculo: R\$150,00 x 8 meses x número de turmas de acompanhamento pedagógico (no caso, 10 turmas) + R\$ 80,00 x 8 meses x 3 atividades; para as condições da escola descrita, o valor que ela receberia seria de R\$13.920 para os 8 meses.

Ainda de acordo com o Manual Operativo (2018), para a compra de materiais os repasse são feitos da seguinte forma:

- R\$ 15,00 (quinze reais) por estudante informado no Plano de Atendimento da Escola para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas;
- R\$ 5,00 (cinco reais) por estudante informado no Plano de Atendimento da Escola para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 5 (cinco) horas; (BRASIL, 2018).

Ou seja, hipoteticamente uma escola que possui 100 alunos participantes e optou por 5 horas complementares semanais, irá receber R\$500,00 para os oito meses, basta multiplicar a quantidade de alunos pelo número de horas. E para um novo exemplo, uma escola com 100 alunos participantes e que optou pelas 15 horas semanais, então essa receberá R\$1.500 para os oito meses.

Para escolas rurais o valor do ressarcimento por turma é 50% maior que das escolas urbanas, com exceção para a aquisição de materiais que é o mesmo valor para as duas. As escolas beneficiárias dos repasses devem ter conta bancária específica para os repasse do FNDE, esses repasses são divididos em duas parcelas sendo a primeira representando 60% do valor e a segunda 40% do valor, porém não existe um prazo especificado para o depósito dessas duas parcelas (BRASIL, 2018). Diante das análises feitas vemos que a escola não possui mais um valor fixo para os repasses, depende do número de alunos atendidos e também do tempo complementar.

Para selecionar os estudantes participantes as escolas devem obedecer os seguintes critérios segundo Documento Orientador do PNME:

- I. em situação de risco e vulnerabilidade social;
- II. em distorção idade/ano;
- III. com alfabetização incompleta;
- IV. repetentes;
- V. com lacunas de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;
- VI. em situação provisória de dificuldade de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática; e,
- VII. em situação de risco nutricional (BRASIL, 2018).

É importante que os grupos sejam de alunos participantes sejam diversificados desde aluno com bom desempenho até os com maiores dificuldades afim de que possa haver um trabalho coletivo para ajudar o aluno que tem um nível de rendimento menor. Essas decisões devem ser tomadas em comunhão de ideias com a Gestão Escola, o Conselho de Escola e as famílias.

No Documento Orientador (2018) do PNME é ressaltado a importância do engajamento do Articulador em relação a Educação Integral afim de possibilitar melhores experiências aos alunos e aos que estão tendo um contato recente com essa modalidade na educação. O papel da Gestão Escolar é definir esse Articulador, e também promover entre a escola e a comunidade uma interação com a intenção de prestar uma maior comunicação e informação acerca do desenvolvimento das atividades que estão sendo desenvolvidas, além da importante integração entre o PNME com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

As UExs possuem autonomia para de forma coletiva (Gestão Escolar, Conselho de Escola e família) decidir o tempo que irá aderir e montar os tempos a grade das atividades oferecidas. Além disso para melhor gerenciamento do Programa, as escolas possuem acesso a um sistema de monitoramento que lá fica disponível avaliações, informações sobre os colaboradores do Programa, o Plano de Atendimento, as informações dos estudantes, os diários de classe de cada turma. Dessa forma, há um maior controle e organização referente as atividades trabalhadas e as propostas das escolas. Dentro dessa organização, é perceptível que as UEx ficam responsáveis em gerenciar a verba que recebe através da Educação Integral além ter que lidar com processos burocráticos de controle do Programa, existe um grande esforço para que tudo seja racionalmente pensado, além de se fazer necessário a presença de profissionais capacitados e experientes para maior eficiência do PNME, visto que as condições que o mesmo é oferecido não são favoráveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a Educação Integral de Tempo Integral, como é colocado nessa pesquisa, se inicia a partir de Anísio Teixeira que formou a concepção de educação como algo que se desenvolve na vida, e não que prepara para a vida. Diante dessa perspectiva, criou-se o entendimento de que o homem se desenvolve na ação e no fazer, para além da aprendizagem formal. Em suas obras deixou claro a importância da escola como poder transformador das condições sociais, Anísio foi um dos otimistas pedagógicos que via a instituição escolar como instrumento para democratização da sociedade, viabilizando a todos indivíduos acesso ao mundo moderno.

No Brasil dos dias atuais desenvolveu-se diversos Programas que buscam a Educação Integral em Tempo Integral, um deles o Programa Novo Mais Educação, que se colocamos em comparação com a concepção de Educação Integral produzida já anteriormente por idealistas da educação como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, podemos ver que existem algumas problemáticas em relação a essa estratégia de indução a ampliação do tempo na escola. Tanto no PME como no PNME, esses foram criados para cumprir aquilo que está previsto na legislação vigente, além de buscarem formar os indivíduos para as demandas do sistema capitalista. Uma vez que, essas estratégias são baseadas na EITI produzida pelo CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária) uma organização de natureza privada (SILVA, 2018, p.1615).

O atual Programa que essa pesquisa analisa, é perceptível que ele busca ampliar o tempo dos alunos na escola para maior permanência dos mesmos, mas que nesse tempo “extra” irá oferecer a esses indivíduos mais do mesmo. Além dessa estratégia ser oferecida apenas para uma parcela dos alunos da escola, desfavorecendo a democratização do ensino, a esses alunos integrantes do programa, irá oferecer apenas os saberes que são requisitos para as provas de larga escala, desconsiderando o direito do aluno a educação de forma plena desenvolvendo-se na Arte, Cultura e Lazer. Apesar de ser oferecido algumas atividades diferenciadas, fica muito claro a importância que se dá as matérias formais como Língua Portuguesa e Matemática. Na proposta do Programa não é possível encontrar o incentivo ao desenvolvimento do aluno a criação, mas apenas em sanar as deficiências presentes na educação pública. Diante dessas questões,

vemos que o Programa deixa de atender o que é colocado na Constituição Federal (1988) que diz no artigo 205 ser direito de todos e dever do Estado o desenvolvimento pleno da pessoa e preparo para exercício da cidadania, também no parágrafo I do artigo 206 que fala que o ensino deve ser ministrado no princípio de igualdade de condições para acesso e permanência dos alunos na escola, isso não acontece visto que os alunos integrantes são selecionados e apenas a partir do 3º ano do Ensino Fundamental I.

O PNME ainda possui as problemáticas do financiamento e também das condições que é oferecido. Como já foi visto nas tabelas do Capítulo 4, o financiamento da educação integral no Brasil não é suficiente, visto que o Valor Aluno Anual se comparada com o padrão mínimo produzido pelo CAQi é baixo e ineficiente para sanar todas as demandas de uma escola de período integral.

Além disso o Programa não oferece especialistas para o Acompanhamento Pedagógico com os alunos, os voluntários em sua maioria são estagiários, pessoas em formação, que ainda não possuem experiências suficientes para lidar com tamanha demanda. O fato do Programa depender de voluntários causa uma instabilidade, sendo que o auxílio que os voluntários recebem é muito baixo, e a pessoa muitas vezes estão desenvolvendo esse trabalho de forma temporária, na prática o voluntariado é uma forma precária de trabalho, sendo que não gera vínculos prejudicando o processo de ensino (CAPUCHINHO ; CROZATTI, 2018).

Os alunos participantes ficam à mercê dessas questões que surgem no bojo do Programa. A falta de flexibilidade no fator de ponderação para o financiamento da Educação Integral também é uma problemática, quando utiliza-se o fator máximo (1,30) para todas etapas sem aumentar ao longo dos anos vemos que não é considerado as reais necessidades de cada etapa da educação básica, desconsiderando os reais custos. Ou seja o valor estipulado para repasse não é um valor estudado nas particularidades de cada etapa e estabelecimento. Questões como essas citadas, deixam de atender o que é previsto na CF (1988) em seu Artigo 206, capítulo VII, que esclarece que o ensino deve ser ministrado no princípio de garantir um padrão de qualidade na educação.

Para o financiamento da educação básica no Brasil através da Emenda constitucional 14/1996 foi redefinido as funções da União, agora ela exercendo papel de redistribuição e suplementação do financiamento ao DF, estados e municípios. Aos que não alcançam o valor mínimo a União passa a complementar o VAA.

Através desses programas o governo tem procurado alavancar os padrões da educação nacional, prestando assistência financeira e criando programas, porém ainda estamos em um processo onde essas estratégias ainda precisam ser reconfiguradas para dialogar com o projeto educacional e de fato elevar a educação aos padrões mínimos desejáveis (CAQi).

Visto que é necessária a permanência dos alunos 7 horas mínimas diárias para o repasse do FUNDEB na modalidade de matrícula integral, os alunos participantes do PNME cuja UEx optou para apenas 5 horas extras semanas não tem o direito de receber esse repasse, sendo assim os valores dos repasses do FUNDEB reduziram no PNME comparado ao PME. O Novo Mais Educação, programa que passou por um processo de reconfiguração, trouxe consigo necessidade de uma política consistente e sustentável e além de ser necessário estar acima dos interesses partidários, traz em seu bojo muita instabilidade. É preciso de um Programa de Educação integral que se concretize para atingir os padrões de qualidade desejáveis, para quem sabe alcançar grandes potências (MENEZES, 2012).

A Educação Integral deve ser um projeto nacional para além da ampliação do tempo na escola, deve representar a renovação educacional e surgir novas propostas para o pleno desenvolvimento dos alunos. Deve-se criar um projeto para atender a formação multidimensional do sujeito, trazendo como base da proposta a formação de cidadãos conscientes e que problematizem a realidade (ZANARDI, 2017). Quando fala-se em Educação Integral é necessário pensar que a mesma acontece quando é estabelecido um diálogo entre os saberes científicos com os sujeitos em suas realidades.

Essa pesquisa possibilitou esclarecer a relação do financiamento da Educação Integral com a qualidade da educação no Brasil. A proposta foi trazer as concepções de Educação Integral no Brasil desde seus primórdios até atualmente para que seja identificado as deficiências que precisam ser reparadas e os esforços necessários para a concretização de uma política educacional fixa e estável para o progresso necessário na educação, estabelecendo a transformação social através da democratização e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF. 1988.

_____. Um guia para entender o CAQi e o CAQ. **CNE**. Brasília, DF, 2015.

_____. Decreto nº 6.253, de 20 de junho de 2007. **FNDE**. Brasília, DF, 2007.

_____. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817>. Acesso em 01/03/2019.

_____. FNDE. Resolução nº 5, de 25 de outubro de 2016. **Ministério da Educação**. Brasília, DF, 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei n. 1.846 de 14 de agosto de 1925. **Reforma a Instrução Pública do Estado**. BA, 1925.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2014.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

_____. FUNDEB no contexto do financiamento da educação brasileira. **FNDE**. Brasília, DF. 2017.

_____. Nota Técnica Conjunta nº2 de 2018. **MEC**. Brasília, DF. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC nº1.144, de 10 de outubro de 2016. **Institui o Novo Mais Educação**. Brasília, DF, 2016.

_____. MEC. SEB. Documento Orientador Programa Novo Mais Educação. **PNME/Ministério da Educação**. Brasília, DF. 2017.

_____. MEC. SEB. Documento Orientador Programa Novo Mais Educação. **PNME/Ministério da Educação**. Brasília, DF. 2018.

_____. MEC. SEB. Manual Operacional do Programa Novo Mais Educação. **PNME/Ministério da Educação**. Brasília, DF. 2017.

_____. MEC. SEB. Manual Operacional do Programa Novo Mais Educação. **PNME/Ministério da Educação**. Brasília, DF. 2018.

_____. Resolução nº 17 de 22 dezembro de 2017. **FNDE**. Brasília, DF. 2017.

CAPUCHINHO, Cristiane; CROZATTI, Jaime. O Financiamento Dos Programas Federais Mais Educação e Novo Mais Educação Para Ampliação da Jornada Nas Escolas Públicas Brasileiras. **Agenda Política**, São Carlos: Editora UFSCar v. 6, n.3, p. 248-277 mar. 2018.

CAVALIERE, Ana Maria Vilella. Anísio Teixeira e a educação integral. **In Revista Paideia**. v. 20, n. 46, p.249-259 maio/ago. 2010.

CHAVES, Mirian, Waidenfeld. A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey. **Rev. Bras. Educ.** n.11 p.86-99. Mai./jun./jul./ago, 1999.

GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. Campinas/SP: **Editora Alínea**. 2003.

MENDONÇA, Patrícia Moulin. O DIREITO À EDUCAÇÃO EM QUESTÃO: as tensões e disputas no interior do Programa Mais Educação. **Faculdade de Educação da UFMG**. Belo Horizonte, 2017.

MENEZES, Janaina Specht Da Silva. Educação em tempo integral: direito e financiamento. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR. n. 45, p. 137-152, jul/set. 2012.

PERGUNTAS e Respostas: O que é e como funciona o FUNDEB? **Todos Pela Educação**. jun. 2018. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-como-funciona-o-fundeb>>. Acesso em: 08 de ago. 2019.

SCHEUERMANN, Aniele Elis; JUNG, Susana Hildegard; CANAN, Silvia Regina. Educação de tempo integral no Brasil, passos e descompassos: de Ruy Barbosa e Anísio Teixeira aos dias atuais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação – RIAEE**. v.12, n.1, p. 422-439, 2017.

SEMIS, Lais. Quanto custa uma Educação de qualidade por aluno?. **Revista Nova Escola**. jun. 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/11840/quanto-custa-uma-educacao-de-qualidade-por-aluno>>. Acesso em: 26 de ago. 2019.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. DIFERENÇAS ENTRE AS PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ANÍSIO TEIXEIRA E NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. **Revista HISTEDBR On-line**. n.61, p. 202-218, mar. 2015.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. A Concepção Empresarial da Educação Integral E(m) Tempo integral. **Educação e Realidade**. V.43, n.4 p.1613-1632, out./dez. 2018.

TEIXEIRA, Anísio. Educação para a democracia. **Ed.UFRJ**. Rio de Janeiro, 1997.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. EDUCAÇÃO INTEGRAL NÃO É UM PRIVILÉGIO E SIM UM DIREITO! A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL. **Revista COCAR**, Belém, V.11. N.21, p. 19 a 42 –Jan./Jul. 2017.

APÊNDICE

REFERÊNCIAS – ARTIGOS SELECIONADOS

Currículo Sem Fronteiras:

SALVINO, Francisca Pereira; ROCHA, Vagda Gutemberg Gonçalves. SENTIDOS DE “EDUCAÇÃO INTEGRAL” NOS MEANDROS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. **Currículo Sem Fronteiras**, v.15, n.3, p. 684-714, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss3articles/salvino-rocha.pdf>>. Acesso em : 01 abr. 2019.

Educar em Revista:

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Alunos no Ensino Fundamental, ampliação da jornada escolar e Educação Integral. **Educar em Revista**. Curitiba, n.45, p.73-89, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n45/06.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jacqueline. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. **Educar em Revista**. Curitiba, n.45, p.91-110, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n45/07.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

MENEZES, Janaina Specht Da Silva. Educação em tempo integral: direito e financiamento. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR. n. 45, p. 137-152, jul./set. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n45/10.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Educação:

PIO, Camila Aparecida; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A educação integral no mais educação: uma análise do programa. **Educação**, Santa Maria/RS, v.40, n.1, p.241-254, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/1984644415078>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Educação e Realidade:

BERNADO, Elisângela da Silva; CRISTOVÃO, Ana Carolina. Tempo de Escola e Gestão Democrática: O Programa Mais Educação e o IDEB em busca da qualidade da educação. **Educação e Realidade**. Porto Alegre/RS, v.41, n.4, p.1113-1140, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n4/2175-6236-edreal-41-04-01113.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CARVALHO, Levindo Diniz; RAMALHO, Bárbara; SANTOS, Kildo Adevir dos. O Mais Educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.44, n.1, p.1-22. 2019. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n1/2175-6236-edreal-44-01-e80711.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

PENTEADO, Andrea. Programa Mais Educação como Política de Educação Integral para a Qualidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.39, n.2, p.463-486, abr./jun. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n2/v39n2a07.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. A Concepção Empresarial da Educação Integral E(m) Tempo integral. **Educação e Realidade**. V.43, n.4 p.1613-1632, out./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n4/2175-6236-edreal-2175-623676399.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; BRANDOLIN, Fabio; AMARAL, Daniela Patti do. Desafios e Dificuldades na Implementação do Programa Mais Educação: percepção dos atores da escola. **Educação e Realidade**. Porto Alegre/RS, v.42, n.3, p.1059-1079, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623660490>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Educação em Revista:

CARVALHO, Levindo Diniz. CRIANÇAS E INFÂNCIAS NA EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.31, n.4, p.23-43, out./dez. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edur/2015nahead/0102-4698-edur-136686.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

TITTON, Maria Beatriz Pauperio; PACHECO, Suzana Moreira. DIÁLOGOS POSSÍVEIS À CONSTRUÇÃO DE PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.31, n.4, p.135-153, out./dez. 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n4/1982-6621-edur-31-04-00135.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Educação e Sociedade:

MACIEL, Antonio Carlos; JACOMELI, Mara Regina Martins; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL POLITÉCNICA: DA TEORIA À PRÁTICA. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.38, n.139, p.473-488, abr./jun. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00473.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Educação: teoria e prática:

SCHIMONEK, Elisangela Maria Pereira. A qualidade do ensino e a privatização via Programa Mais Educação. **Educação: teoria e prática**. Rio Claro/SP, n50, v.25, p.490-503, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação:

CASTRO, Adriana de; LOPES, Roseli Esquerdo. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.19, n.71, p.259-282, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n71/a03v19n71.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

COELHO, Lúcia Martha Coimbra da Costa; MARQUES, Luciana Pacheco; BRANCO, Verônica. Políticas públicas municipais de educação integral e(m) tempo ampliado: quando a escola faz a diferença. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n.83, p.355-378, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a05v22n83.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

SOUSA, Ivonete Ferreira de; GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce; ZARDO, Sinara Pollom. As redes da Educação Integral no Distrito Federal sob o prisma da Gestão Escolar. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n.99, p.397-417, abr./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v26n99/1809-4465-ensaio-S0104-40362018002601432.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

ZUCCHETTI, Tereza Dinora; MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. Educação Integral: Uma questão de direitos humanos? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, 25, n.94, p.257-276, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0257.pdf>> Acesso em: 01 abr. 2019.

Paideia:

CAVALIERE, Ana Maria Vilella. Anísio Teixeira e a educação integral. **In Revista Paideia**. v. 20, n. 46, p.249-259 maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>> Acesso em: 01 abr. 2019.

Práxis Educativa:

BITTENCOURT, Zoraia Aguiar; MOROSINI, Marília Costa. Programa Mais Educação como política de educação integral: uma análise a partir da abordagem do ciclo de políticas. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa/PR, v.10, n.2, p.559-583, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/ojs_new/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Revista Brasileira de Educação:

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. A predominância da vertente “alunos em tempo integral” nas discussões sobre o tema da educação integral em tempo integral. **Rev. Bras. Educ.** v.22, n.71. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-22-71-e227170.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Revista Brasileira de Educação do Campo:

JUSTINO, Érica Fernanda; SANT'ANNA, Paulo Afrânio. Programa Mais Educação: diálogos partindo da percepção de pais de estudantes de uma comunidade rural. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v.2, n.1, p.389-410, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p389>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos:

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. A hegemonia às avessas no Programa Mais Educação. **Rev. bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v.94, n.238, p.701-720, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n238/a04v94n238.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Revista Eletrônica de Educação:

PAULA, Ercilia Maria Angeli Teixeira de; SILVA, Lucas Tagliari da; SANTOS, Marco Antonio dos. As possíveis relações da Educação Social e da Pedagogia Social no Programa "Mais-Educação". **Revista Eletrônica de Educação**. Maringá/PR: Editora Universidade Estadual de Maringá (UEM), v.11, n.2, p.455-470, jun./ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14244/198271991817>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Revista HISTEDBR On-line:

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. DIFERENÇAS ENTRE AS PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ANÍSIO TEIXEIRA E NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. **Revista HISTEDBR On-line**. n.61, p. 202-218, mar. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rho.v15i61.8640523>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação:

SCHEUERMANN, Aniele Elis; JUNG, Susana Hildegard; CANAN, Silvia Regina. Educação de tempo integral no Brasil, passos e descompassos: de Ruy Barbosa e Anísio Teixeira aos dias atuais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação – RIAEE**. v.12, n.1, p. 422-439, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.8911>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Revista Pedagógica UNOCHAPECÓ:

MOREIRA, Simone Costa. Desigualdades Educacionais e Educação Integral: Um Exame do Programa Mais Educação a Partir da Educação Crítica. **Revista Pedagógica UNOCHAPECÓ**. n.30, v. 01. Jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1567/872>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Raquel Fontes Borghi

Profa. Dra. Do Departamento de Educação

Giovana Sant'Anna

Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia